

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Fevereiro de 2022

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	8
ANÁLISE NAS CIDADES	9
METODOLOGIA.....	13

RESUMO

Em fevereiro de 2022 a pesquisa de endividamento e inadimplência dos consumidores catarinenses (PEIC-SC) mostrou divergência no comportamento das famílias. De um lado, os dados revelam continuidade da trajetória de elevação do número de endividados (42,3%) no estado, alta de 0,8 pontos percentuais (p.p) na passagem do mês, mas a inadimplência reduziu e alcançou 9,1%, o 7º menor resultado da série iniciada em 2013.

Ao analisar a percepção de endividamento, a pesquisa aponta certo equilíbrio e controle orçamentário das famílias. O grupo de famílias que indicam estarem muito endividadas atingiu a mínima histórica ao alcançar 2,9% dos endividados, queda de 0,7% diante do mês anterior. O mês marca o encerramento da trajetória de crescimento da renda comprometida com dívida, que era mantida por cinco meses seguidos. Em fevereiro, o comprometimento da renda foi de 36,7%, queda de 0,5 p.p. Embora o resultado seja positivo, o alerta sobre o elevado nível de comprometimento da renda permanece, já que o índice é o terceiro maior da série histórica.

Quanto aos tipos de dívida, houve comportamentos distintos na passagem do mês, mas nota-se elevação no uso do cartão de crédito, que atingiu o maior nível da história da pesquisa, ao representar 88,7% das dívidas. O financiamento de casas está em tendência de queda, ao cair 2,0 p.p na passagem do mês, a terceira redução consecutiva. Esse resultado pode ser efeito do aumento das taxas de juros de mercado, que encarece o crédito, especialmente, na compra de bens de alto valor.

Famílias endividadas em Santa Catarina mantém trajetória de crescimento, enquanto os inadimplentes voltam a reduzir

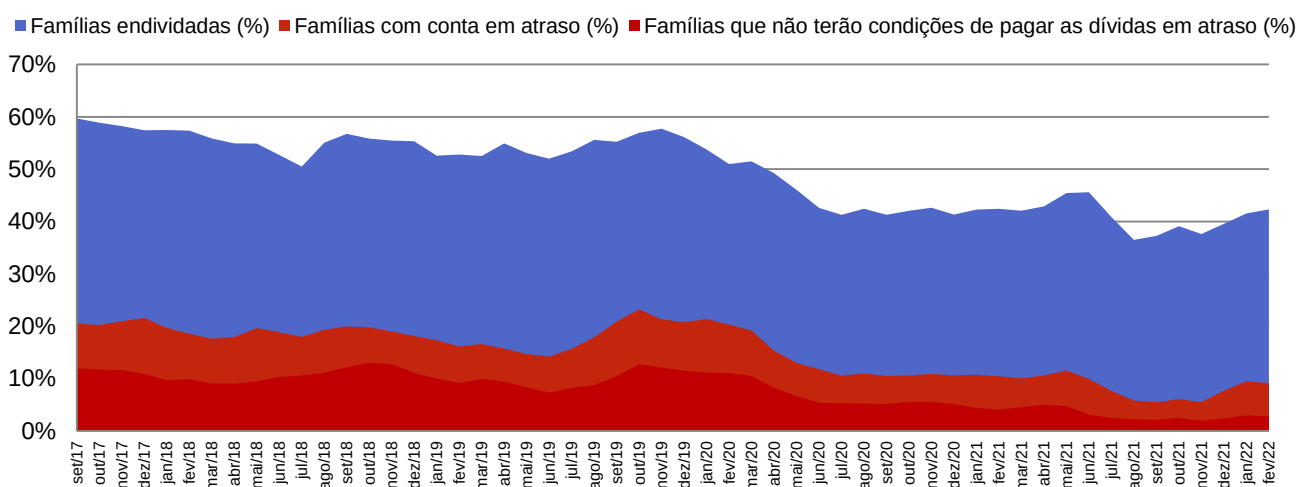
Situação da família	Meses					
	fev/18	fev/19	fev/20	fev/21	jan/22	fev/22
Total de endividadas	57,4%	52,8%	51,0%	42,4%	41,5%	42,3%
Dívidas ou contas em atraso	18,6%	16,1%	20,3%	10,5%	9,5%	9,1%
Não terão condições de pagar	9,9%	9,2%	11,1%	4,1%	3,0%	2,8%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

A taxa de endividamento das famílias catarinenses mantém trajetória de crescimento pelo terceiro mês consecutivo, ao avançar 0,8 pontos percentuais (p.p.) na passagem do mês. Assim, em fevereiro de 2021, 42,3% das famílias catarinenses estão endividadas. Desde o início da pandemia, movimento equivalente a esse somente havia ocorrido entre abril e junho de 2021, sendo que após esse período, o número de famílias endividadas atingiu mínimas históricas. É possível que essa trajetória persista nos próximos meses devido à redução do poder de compra dos consumidores e a necessidade de ampliar o orçamento por meio do crédito extra.

Apesar da elevação das famílias endividadas, a taxa do mês é a menor da série na comparação com igual período dos anos anteriores. No comparativo anual de igual período, houve queda frente ao ano de 2021 de 0,1 p.p. e redução de 8,7 p.p. diante a 2020. Em comparação com fevereiro de 2019, período anterior à crise da pandemia, a diferença é mais acentuada, a redução é de 10,5 p.p. Naquele momento a taxa de endividamento era de 52,8%.

Síntese dos resultados desde 2017

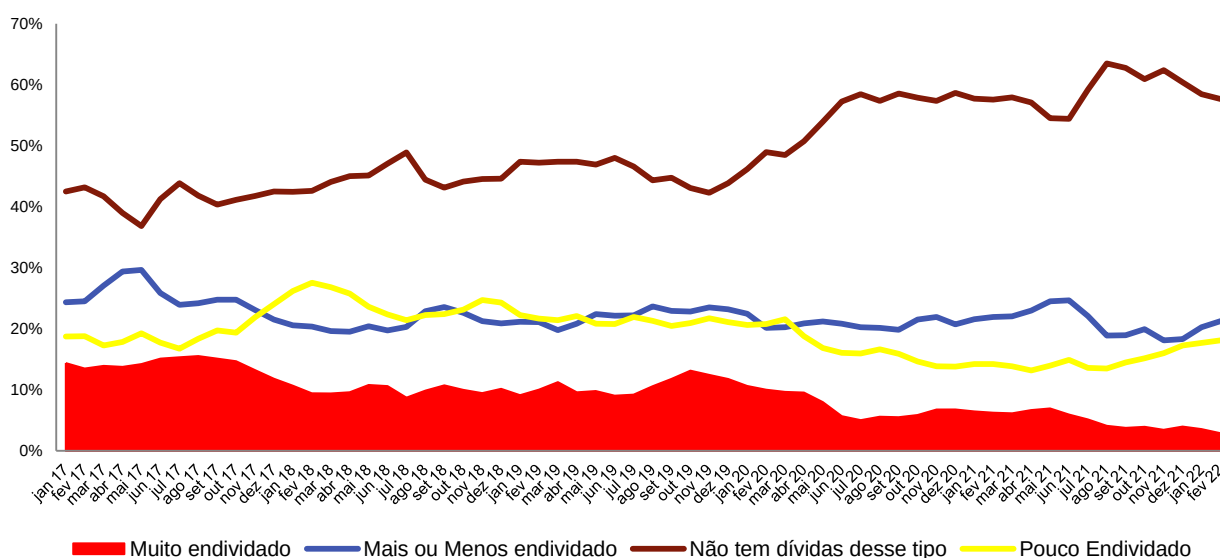


O panorama é oposto no âmbito da inadimplência, visto que o índice interrompeu a trajetória ascendente ao diminuir 0,3 p.p. diante do mês anterior. Em fevereiro, a taxa ficou em 9,1%, a 7º menor da série iniciada em 2013, e o menor resultado no comparativo com o mesmo período dos anos anteriores. Em caminho similar se encontram as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (2,8%), queda de 0,2 p.p. diante do mês anterior.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar de endividados, mas segue o mesmo ritmo do nível geral ao avançar nos últimos dois meses. A taxa de endividamento para as famílias com até 10 salários mínimos (SM) chegou a 45,3% no mês, acréscimo de 0,6 p.p. frente a janeiro. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a taxa foi de 33,4%, alta de 1,8 p.p.

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. Em fevereiro, as famílias com dívidas e que afirmam estarem “muito endividadas” atingiu o menor nível da série histórica, apenas 2,9%, queda de 0,7% diante do mês anterior. Na comparação com igual período do ano anterior, a redução foi de 3,4 p.p., mas a queda é mais expressiva ao analisar antes da pandemia, quando o índice estava na ordem de 9,4% em 2018 e 10,1% em 2019. Portanto, esse resultado consolida uma mudança na percepção do nível de endividamento, muito embora, ocorra elevação do número de endividados, o grau de endividamento não é elevado, assim, diminuindo o risco de inadimplência.

Percepção do nível de endividamento



Já o grupo de famílias mais ou menos endividadas, ganhou espaço na passagem do mês, ao crescer 1,0 p.p. passando de 20,3% para 21,3%, terceira alta consecutiva. Por outro lado, a percepção pouco endividada possui trajetória

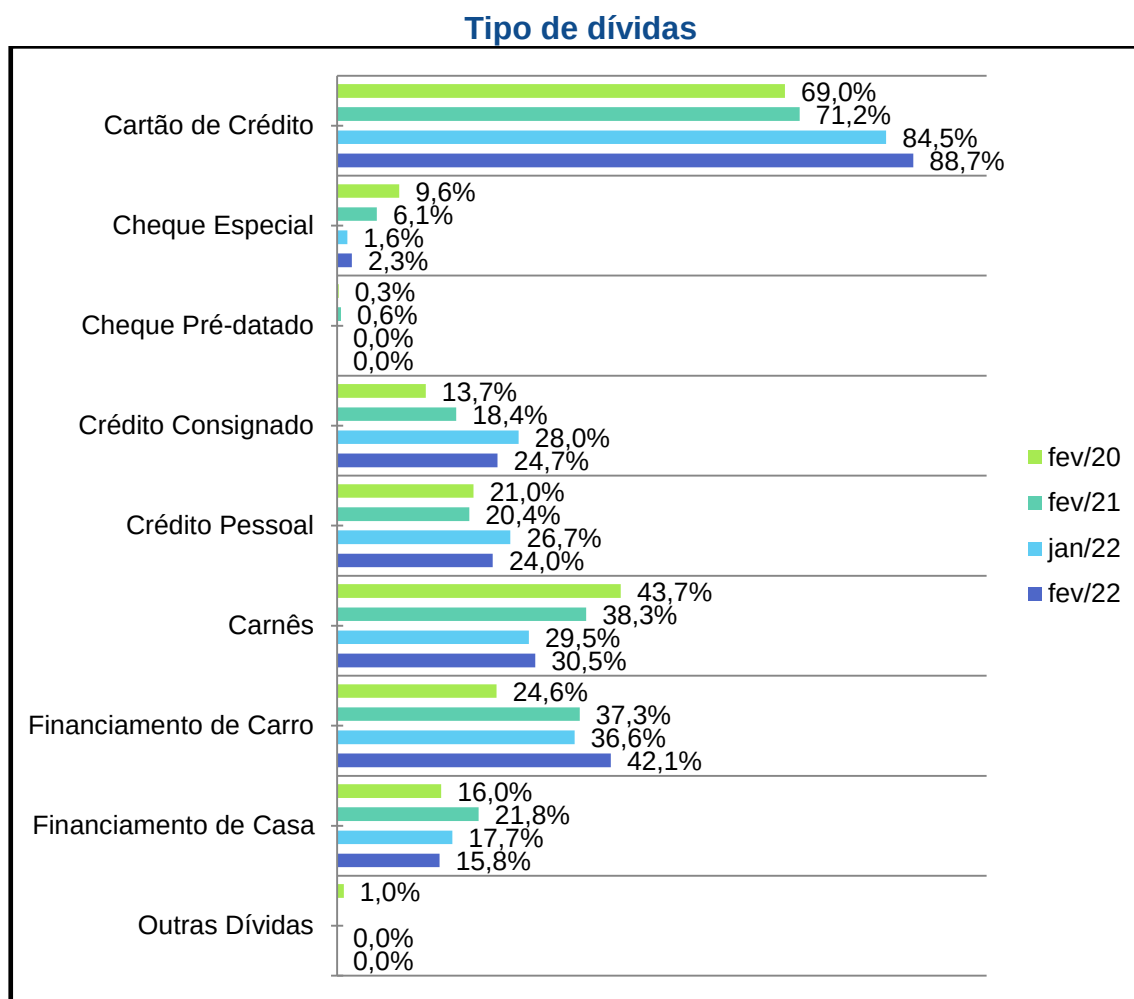
de crescimento pelo sexto mês seguido, ao aumentar 0,5 n.p. diante do mês anterior e 3,9 p.p no comparativo anual. Isso mostra que a queda no grupo das famílias “muito endividadas” está sendo compensada pela elevação do grupo “pouco endividado”, condição que também neste momento não indica risco de elevação de inadimplência.

Percepção do nível de endividamento						
Categoria	fev/18	fev/19	fev/20	fev/21	jan/22	fev/22
Muito endividado	9,4%	10,1%	10,0%	6,3%	3,6%	2,9%
Mais ou menos endividado	20,4%	21,1%	20,1%	21,9%	20,3%	21,3%
Pouco endividado	27,5%	21,7%	20,8%	14,2%	17,7%	18,1%
Não tem dívidas desse tipo	42,6%	47,2%	48,9%	57,6%	58,4%	57,7%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Ao analisar os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se comportamento distinto entre as categorias pesquisadas na variação mensal. O cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 88,7% dos endividados em fevereiro de 2022, inclusive, o resultado do mês é o maior nível da história da pesquisa, iniciada em janeiro de 2013. Além disso, foi o tipo de dívida que apresentou a segunda maior variação frente ao mês anterior, alta de 4,2 p.p. Na comparação com igual período do ano anterior, o crescimento é de 17,5 p.p, assim, a tendência do maior uso do cartão de crédito permanece em 2022. Nota-se que essa condição foi acelerada em 2020 e 2021, onde a média alcançou 71,8% e 77,18%, respectivamente, resultado que é superior aos períodos anteriores (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019).

Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes e alcançam 86,6% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 94,2% para renda superior a 10 salários mínimos.

O crédito pessoal tem panorama divergente, após o maior resultado da série histórica no mês anterior, apresentou redução de 2,7 p.p. na passagem do mês. Embora reduzido, passando de 26,7% para 24,0%, o índice ainda é o 2º mais elevado da série. Na comparação com fevereiro de 2021, houve alta de 3,6 p.p. Já o crédito consignado, mantém movimento de queda pelo segundo mês seguido, ao reduzir 3,2 p.p. Mesmo com a queda, o grupo de endividados nesta categoria segue em níveis elevados, ao alcançar o 6º maior nível da história, ao representar 24,7% das famílias com dívidas. Na comparação com mesmo período do ano anterior, houve acréscimo de 6,4 p.p, além disso, a valor é superior média dos anos anteriores (2021 - 23,23; 2020 - 18,27%; 2019 - 14,03%; 2018 e 2017 - 14,34%; 2016 - 11,70%).



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

A utilização dos carnês, a terceira dívida mais citada pelos entrevistados no mês, ampliou 1,0 p.p, interrompendo o movimento de queda que permanecia por dois meses consecutivos. Nota-se movimento de redução no uso da modalidade de carnês, pois na comparação com igual período do ano anterior houve queda de 7,8 p.p. Ainda, o resultado do mês é inferior à média dos anos anteriores (2021- 35,74%; 2020 - 40,79%; 2019 - 45,01%; 2018 - 41,10%).

O financiamento de carros, depois de cair no mês anterior, voltou a apresentar elevação de 5,6 p.p., a maior alta dentre os tipos de dívidas em fevereiro. Portanto, o índice passou de 36,6% para 42,1%, se consolidando como o segundo maior tipo de dívida dentre as famílias endividadas. Esse resultado é o quinto maior desde o início da série histórica.

Por outro lado, o financiamento de casas está em tendência de queda, ao cair 2,0 p.p na passagem do mês, a terceira redução consecutiva. No mês, o índice foi de 15,8% dos endividados. Esse resultado pode ser efeito do aumento das taxas de juros de mercado, que encarece o crédito, especialmente, na compra de bens de alto valor.

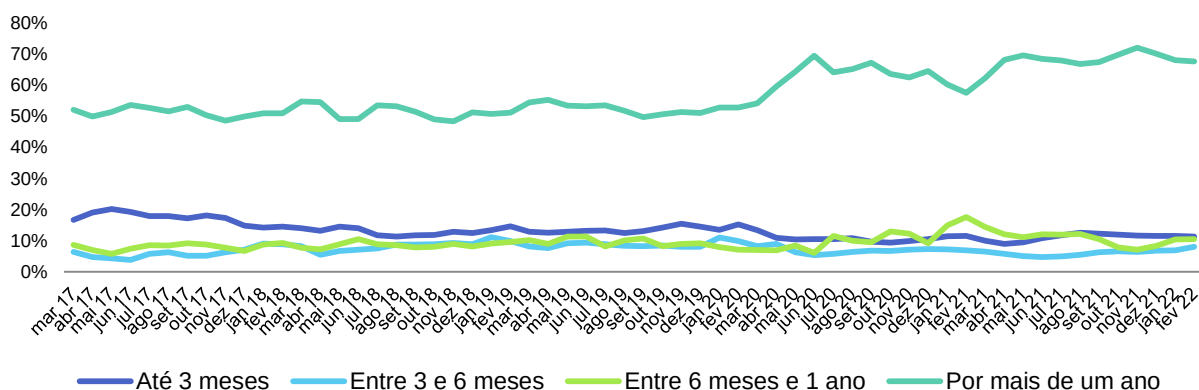
O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,8% em fevereiro de 2022, resultado similar ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

Após atingir a máxima histórica para o comprometimento acima de 1 ano em novembro de 2021, ao representar 71,9% dos entrevistados, o grupo de endividados mantém movimento de redução em fevereiro, ao diminuir 0,5 p.p., terceira queda sucessiva. Porém, o resultado de fevereiro (67,4%) é o 10º maior da série, patamar é superior à média dos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%; 2021- 66,52%).

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	jan/22			fev/22		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	11,6%	10,8%	17,7%	11,3%	10,8%	16,2%
entre 3 e 6 meses	6,9%	7,4%	5,9%	8,0%	8,0%	8,0%
entre 6 meses e 1 ano	10,4%	8,4%	14,5%	10,5%	10,3%	10,2%
por mais de um ano	67,9%	69,4%	60,8%	67,4%	67,8%	63,3%
Não sabe / Não respondeu	3,2%	4,0%	1,1%	2,8%	3,0%	2,3%
Tempo médio em meses	9,9	10,0	9,2	9,8	9,9	9,3

O agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida está em movimento de retração desde agosto de 2021, quando alcançou 12,58% dos entrevistados e em fevereiro manteve a tendência, passando de 11,6% para 11,3%. Mesmo com esses resultados, o grupo de três meses representa a segunda maior parcela dos endividados. Durante esse período, avançou o grupo entre 3 e 6 meses, inclusive, em fevereiro foi o agrupamento com maior alta, variação de 1,1 p.p. e atingiu 8,0% dos endividados.

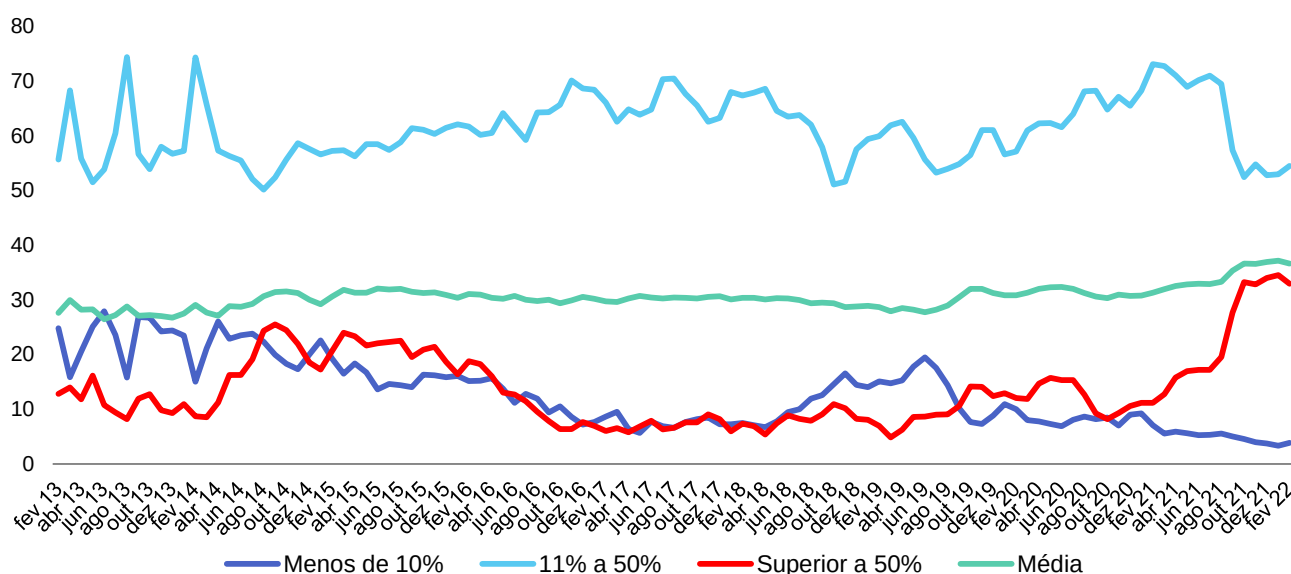
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



O comprometimento da dívida em relação à renda interrompeu o movimento de alta que se mantinha por cinco meses consecutivos, inclusive, durante esse período o índice renovou sucessivamente as máximas históricas, até alcançar em janeiro deste ano a taxa média 37,2% da renda dos endividados. **Em fevereiro, o comprometimento da renda foi de 36,7%, queda de 0,5 p.p. embora o resultado seja positivo, o alerta sobre o elevado nível de comprometimento da renda, já que o índice é o terceiro maior da série histórica.**

Reforça a preocupação a comparação com igual período do ano anterior (31,3%), onde houve alta de 5,4 p.p. Com esse resultado do mês, o índice permanece superior à média dos anos anteriores (2021 foi de 33,68%; 2020 foi de 31,31%; 2019 foi de 29,4%; 2018 foi de 29,7%).

Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, nota-se tendência de crescimento, segundo os entrevistados, para o comprometimento de renda acima de 50% desde dezembro de 2020. Em janeiro, a taxa foi de 34,51% e chegou ao maior valor da série, superando de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (20,80% em 2021, 12,3% em 2020, 9,41% em 2019 e 8,06% em 2018), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Enfrentando, em fevereiro, a trajetória de elevação foi cessada, com queda de 5,6 p.p. De toda forma, o risco persiste, pois a taxa é a 4º maior da série (32,9%). Ainda, 54,5% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, crescimento de 8,4 p.p. na passagem do mês.

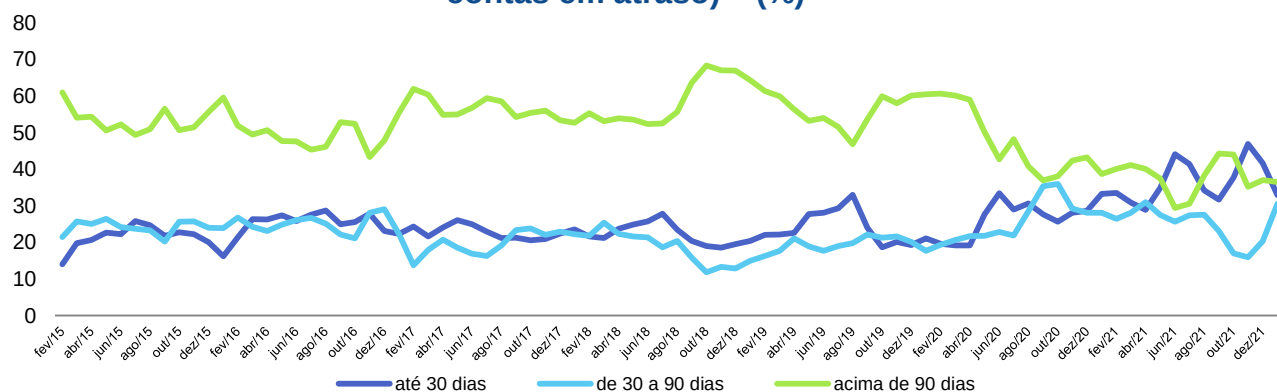
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, em sentido oposto às famílias endividadas, reduziu na passagem do mês 0,3 p.p., interrompendo movimento de alta de dois meses seguidos. Assim, em fevereiro a inadimplência alcançou 9,1%, o resultado é o 7º menor já registrado na série histórica. Na comparação com igual período do ano anterior, há redução de 1,3 p.p, já com relação a 2020 a queda é muito mais consistente, diferença de 11,2 p.p.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jan/22			fev/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	34,9%	30,5%	51,1%	36,8%	30,9%	57,8%
sim, em parte	33,4%	29,5%	43,7%	32,8%	32,3%	35,4%
não terá condições de pagar	31,6%	40,1%	5,1%	30,4%	36,9%	6,8%
não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	3,0%	4,3%	0,3%	2,8%	3,8%	0,4%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impactos maiores quanto à inadimplência, chegando ao total de 10,2% dos entrevistados. Por outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 5,2%. Em sentido equivalente, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas caíram diante de janeiro de 2021 em 0,6 p.p. passando de 3,0% para 2,8%, o sexto menor resultado da série histórica.

Percentual do Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso) – (%)



Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em fevereiro foi de 54,9 dias, queda de 1,7 dias frente ao mês anterior. Esse resultado é o quarto menor da série histórica e é inferior à média dos anos anteriores (2020 62,96; 2019 - 66,20; 2018 - 67,30; 2017 - 66,85; 2016 - 66,59), exceto em 2021, que a média foi também de 54,9 dias.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jan/22			fev/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	32,9%	29,6%	41,6%	31,2%	29,8%	35,5%
de 30 a 90 dias	30,5%	28,4%	36,8%	37,9%	34,0%	52,6%
acima de 90 dias	36,5%	41,8%	21,6%	29,9%	34,9%	11,9%
Não sabe / Não respondeu	0,1%	0,2%	0,0%	1,0%	1,3%	0,0%
Tempo médio em dias	56,2	59,2	47,7	54,9	57,0	47,6

Além disso, existe uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (47,6 dias), enquanto para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 57,0 dias.

No mês, o movimento de redução do grupo de inadimplentes acima de 90 dias foi de 6,6 p.p., passando de 36,5% para 29,9%. Ganha força o quantidade de inadimplentes com dívida entre 30 a 90 dias, acréscimo de 7,4 p.p., de 30,5% para 37,9%, terceira alta seguida.

ANÁLISE NAS CIDADES

Ao analisar as cidades pesquisadas, notam-se patamares distintos, tanto na trajetória de variação, quanto na quantidade de famílias endividadas e inadimplentes. Na mesma linha do cenário estadual, as cidades de Joinville e Florianópolis ampliaram o nível de famílias endividadas, alta de 0,6 p.p e 3,1 p.p, respectivamente. Por outro lado, Blumenau (-1,2 p.p) e Chapecó (-0,1 p.p.) apresentaram redução na passagem do mês. Ao analisar a quantidade de endividados, Florianópolis permanece com maior nível, chegando a 68,8%, resultado superior ao nível estadual.

Situação das Famílias	Fevereiro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	30,4%	34,7%	31,2%	68,8%
Dívidas ou contas em atraso	4,5%	8,0%	7,7%	15,9%
Não terão condições de pagar	1,3%	2,5%	2,7%	4,2%

No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é similar ao comportamento do nível estadual, com variação negativa em todas as cidades pesquisadas na comparação com janeiro de 2022, exceto em Chapecó, que cresceu 1,4 p.p. Apesar da queda, Florianópolis ainda é a cidade com maior índice de inadimplência (15,9%), resultado equivalente aos demais meses anteriores.

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, segue o mesmo cenário do nível estadual, com baixo nível de famílias apontando essa situação. Na passagem do mês, houve alta somente na cidade de Florianópolis (+0,5 p.p), além disso, a cidade destoa das demais, ao concentrar 49,5% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”, assim, muito embora o nível de endividamento seja elevado no município na comparação com as demais cidades pesquisadas, a dívida dessas famílias demonstra estar sob controle e equilíbrio.

Nível de endividamento	Fevereiro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	1,7%	3,5%	2,5%	4,2%
Mais ou menos endividado	22,2%	26,5%	24,0%	15,0%
Pouco endividado	6,6%	4,7%	4,7%	49,5%
Não tem dívidas desse tipo	69,6%	65,3%	68,8%	31,2%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Além do mais, foi a única das modalidades de dívidas a apresentar alta em todas as cidades na passagem do mês, com destaque para variação Blumenau (+5,5 p.p) e Florianópolis (+3,9p.p). Em cenário oposto, as dívidas com crédito pessoal reduziram nas quatro cidades, com expressivas quedas em Chapecó (-7,3p.p) e Blumenau (-5,0p.p). O crédito consignado, outra modalidade usada para recomposição de renda em períodos emergenciais, também caiu nas cidades, exceto em Florianópolis.

Quanto ao financiamento de carro e de casa, embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades houve cenários distintos nos municípios. O financiamento de carro, que voltou a crescer em nível estadual, teve alta considerável em Blumenau (+21,6 p.p) e variações menos robustas em Joinville (-0,3 p.p) e Florianópolis (+1,3 p.p.) Do

lado do financiamento de casas, há queda em três cidades pesquisadas, somente, Florianópolis avançou 0,1 p.p.

Tipo de dívida	Fevereiro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	92,07%	71,82%	90,39%	91,24%
Cheque especial	0,00%	0,00%	2,87%	4,53%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Crédito consignado	15,16%	52,13%	37,12%	6,39%
Crédito pessoal	32,42%	11,27%	37,62%	6,44%
Carnês	16,53%	32,68%	27,24%	45,29%
Financiamento de carro	54,87%	43,09%	58,47%	11,82%
Financiamento de casa	20,36%	14,64%	17,71%	10,10%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o resultado de janeiro é similar para os municípios pesquisados. As respostas preponderantes dos entrevistados são “dívidas por mais de um ano”, concentrando entre 75% e 84% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville, exceto para Florianópolis. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (36,99%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos cinco meses, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,3 meses.

Fevereiro				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	0,00%	0,00%	1,80%	36,99%
Entre 3 e 6 meses	5,17%	5,91%	1,20%	19,37%
Entre 6 meses e 1 ano	11,73%	15,77%	6,48%	11,68%
Por mais de um ano	83,11%	75,50%	84,04%	31,09%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	2,82%	6,48%	0,86%
Tempo médio em meses	11,3	11,1	11,5	6,3

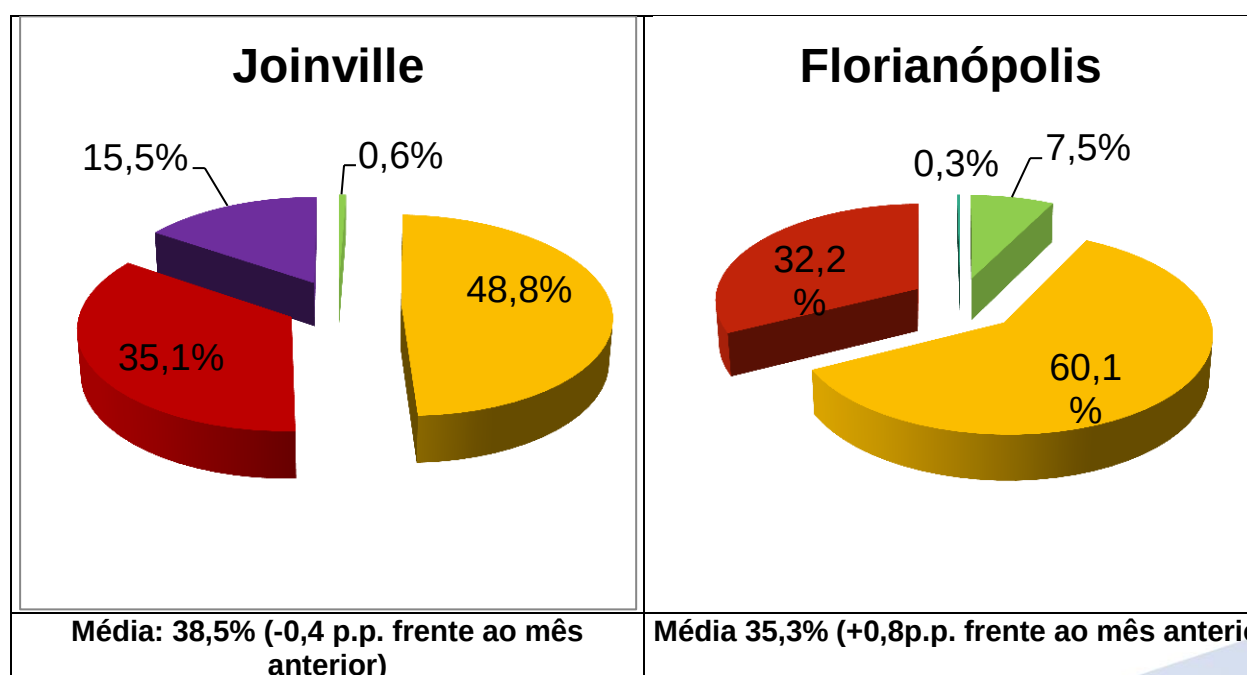
A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos divergentes por cidade, sendo que Florianópolis segue sendo o município que apresenta a maior média de dias em atraso, embora tenha apresentado redução diante do mês anterior, passando de 62,3 para 60,3 dias. Nota-se também queda em Blumenau de 3,8 dias, ao atingir em fevereiro 48,6 dias em atraso.

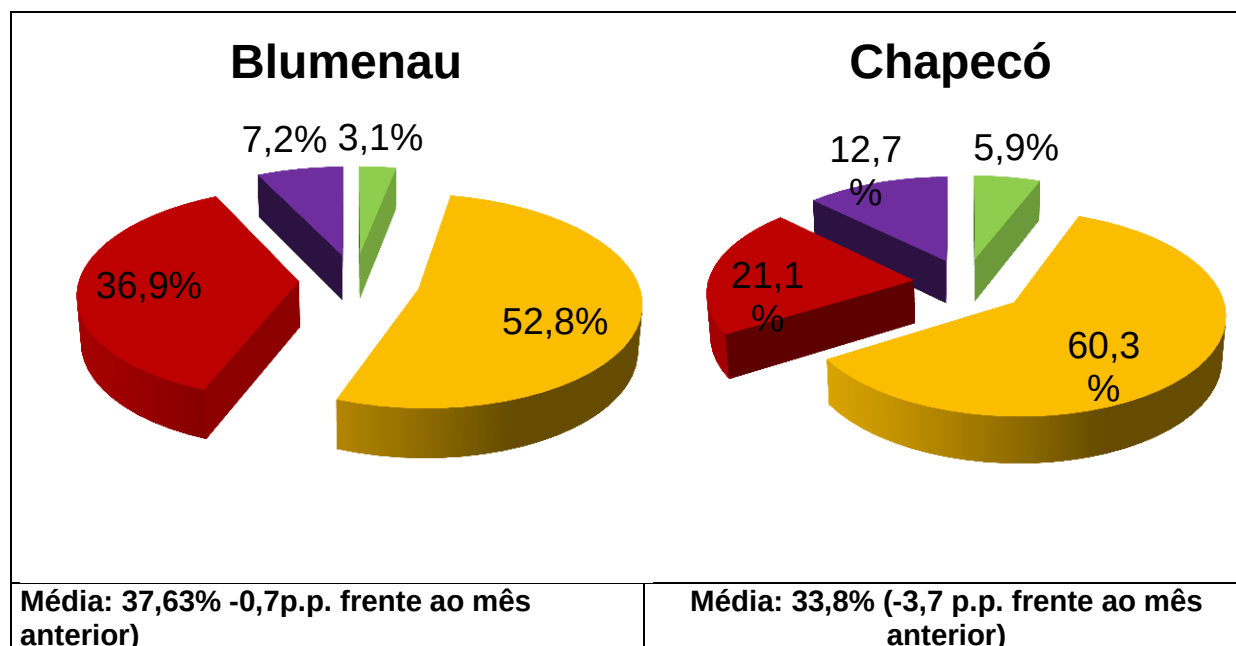
Fevereiro				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	39,43%	26,75%	32,98%	23,94%
De 30 a 90 dias	39,43%	42,25%	34,05%	39,27%
Acima de 90 dias	21,13%	23,25%	32,98%	36,79%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	7,75%	0,00%	0,00%
Tempo médio em dias	48,6	54,5	55,1	60,3

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que reduziu em nível estadual, mas que permanece em níveis elevados, apresentou movimento equivalente em três cidades analisadas, com destaque de maior intensidade de alta em Chapecó (-3,47 p.p.).

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu





Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas quatro cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (40,2%).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se

que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.